

São necessários R\$ 242,5 bilhões para readequar toda a infraestrutura residencial de saneamento no Brasil, aponta estudo inédito do Trata Brasil

Cerca de 75% do investimento necessário para a readequação está em moradias de famílias pobres ou da classe de renda média baixa

Setembro de 2024 – O Instituto Trata Brasil, organização que busca a universalização do saneamento no país, em parceria com a EX Ante Consultoria Econômica, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais para Saneamento (ASFAMAS) e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), divulgam o estudo inédito “Necessidade de investimentos em reformas da infraestrutura residencial de saneamento no Brasil – Potencial mercado e políticas públicas”, que tem por objetivo mensurar a necessidade de obras de reposição e readequação da infraestrutura residencial intramuros (que considera a residência e áreas adjacentes) de saneamento no país. O material aponta, por região, como essa modalidade de reforma colabora para o acesso ao saneamento básico, a redução de carências e como isso pode ser fomentado por políticas públicas.

Estima-se que seriam necessários R\$ 242,5 bilhões (valores a preços de 2023) para readequar toda a infraestrutura residencial de saneamento no Brasil. Se essas obras fossem realizadas ao longo de dez anos – entre 2023 e 2033, por exemplo – a readequação da infraestrutura iria requerer investimento adicionais de R\$ 24,3 bilhões por ano. Isso constitui um esforço financeiro bastante elevado, visto que as famílias brasileiras despenderam cerca de R\$ 13,0 bilhões com reformas da infraestrutura de saneamento em 2018 (valores a preços de 2023).

As obras de reposição são realizadas, em geral, de forma esporádica pelas famílias com a finalidade de repor a depreciação das instalações ou de modernizar os acabamentos. Todos os anos, uma a cada dez famílias fazem reforma nas instalações sanitárias de suas residências. Por sua vez, as obras de readequação englobam a construção ou instalações dos equipamentos ausentes nas moradias, mas que se considera que sejam essenciais ao bem-estar dos moradores. Seria o caso, por exemplo, da instalação de uma caixa d'água, ou ainda, da ligação do escoamento de esgoto da residência à rede geral de coleta de esgoto, importante para

diminuir a poluição dos rios e a incidência de doenças de veiculação hídrica, além de melhorar a qualidade de vida da população

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Como as famílias brasileiras gastam com materiais de construção e mão de obra para a manutenção, reparo, reforma e construção de infraestrutura residencial de saneamento? E quais seriam esses materiais?

QUADRO 1 – Materiais para infraestrutura residencial de saneamento e seus grupos

1	Material hidráulico	Tubos e conexões Torneiras e registros Ralos e caixas Válvulas Sifão e mangueiras
2	Aparelhos sanitários	Cubas e pias Vaso sanitário, caixa de descarga e bidê Banheiras Tanques
3	Caixa d'água e fossa	Caixa d'água e cisterna Fossa séptica
4	Azulejos e pisos	Azulejos Pisos
5	Assentamento e acabamento	Argamassa Rejunte Espaçador
6	Mobiliário e acessórios	Pedras (mármore ou granito) Balcões Box de banheiro

Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

De acordo com a mais recente “Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)”, realizada pelo IBGE em 2018, aproximadamente 8,8 milhões de consumidores realizaram despesas com materiais de construção para a infraestrutura residencial de saneamento ao longo do ano. Desse total, 4,3 milhões de famílias realizaram despesas para a manutenção e reparos da infraestrutura existente e 4,4 milhões, para a reforma ou construção da infraestrutura.

Quando se agregam as despesas por família (ou unidade de consumo), chega-se naturalmente a um número menor de famílias consumidoras. Em 2018, foram 6,6 milhões de famílias que

realizaram essas despesas. O número de famílias que realizaram obras de infraestrutura residencial de saneamento correspondeu a 31% do total de unidades de consumo brasileiras que realizaram algum tipo de obra em suas moradias em 2018, cujo número alcançou a cifra de 21,357 milhões de unidades de consumo.

O QUADRO 2 traz os valores totais das despesas realizadas pelas famílias brasileiras em 2018 com materiais de construção para a infraestrutura residencial de saneamento. Nesse ano, essas despesas alcançaram a cifra de R\$ 9,0 bilhões, sendo R\$ 5,2 bilhões de despesas com materiais para manutenção e reparo e R\$ 3,8 bilhões para construção e reforma.

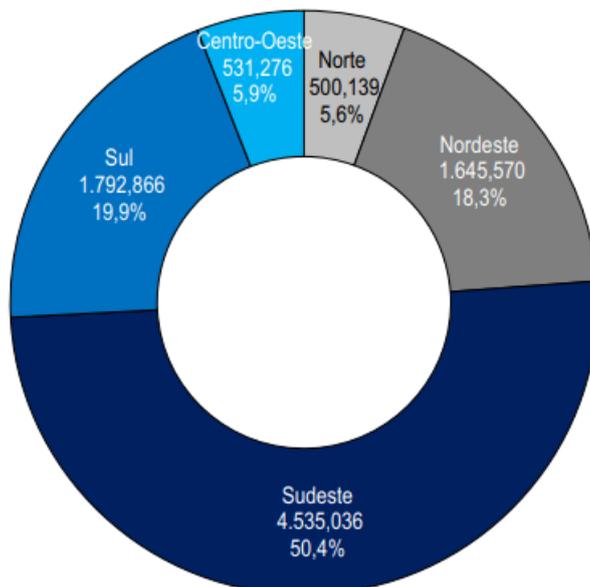
QUADRO 2 – Valor total (em R\$ bilhões) das despesas com materiais para obras em infraestrutura de saneamento, Brasil, 2018

	Manutenção e reparos	Reforma e construção	Total
Material hidráulico	1.224,634	380,495	1.605,129
Aparelhos sanitários	59,504	290,381	349,885
Caixa d'água e fossa	107,445	64,953	172,398
Azulejos e pisos	3.760,272	2.928,237	6.688,509
Argamassas, rejunte e espaçadores	22,301	39,875	62,176
Mobiliário e acessórios	0,692	126,097	126,789
Total	5.174,848	3.830,038	9.004,886

Fonte: IBGE. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Em termos de valor médio das despesas familiares, o Sul reúne as famílias que mais dispõem com infraestrutura residencial de saneamento, com gastos médios anuais por família de R\$1.678,74. Santa Catarina foi o estado que elevou a média da região, com despesas médias de R\$ 2.254,56 em 2018. Na sequência vê-se a região Sudeste, com despesas médias de R\$ 1.525,89. Nesse caso, a média regional foi puxada pelas despesas realizadas pelas famílias capixabas, de R\$ 1.843,91 em 2018. As demais regiões registraram despesas médias mais reduzidas, em especial o Nordeste, cuja média ficou abaixo de R\$ 1.000,00.

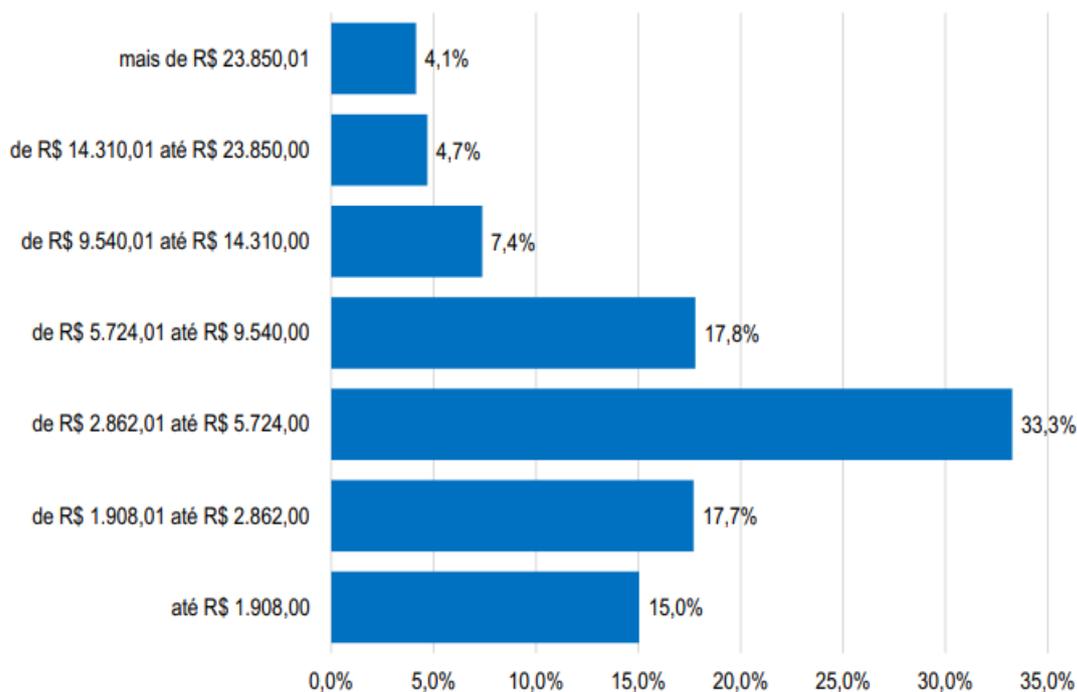
QUADRO 3 - Distribuição regional do valor total das despesas com obras de infraestrutura residencial de saneamento, em R\$ bilhões e (%) do total, 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

A distribuição do número de obras de infraestrutura residencial de saneamento por faixa de renda domiciliar é apresentada no QUADRO 4. Nele, vê-se uma forte concentração de unidades de consumo que adquiriram materiais de construção para obras de infraestrutura residencial de saneamento na de faixa de rendimento familiar que vai de R\$ 2.862,01 a R\$ 5.724,00. Essa é uma faixa de renda populosa (30,2% do total da população brasileira) e que tem poder de compra suficiente. Mas há uma parcela grande nas faixas inferiores de renda: as unidades de consumo com renda até R\$ 2.862,00 responderam por 32,7% do total de famílias que adquiriram esses materiais de construção. As faixas de renda mais elevada apresentaram participações naturalmente menores devido à proporção também menor de famílias nessas classes de renda.

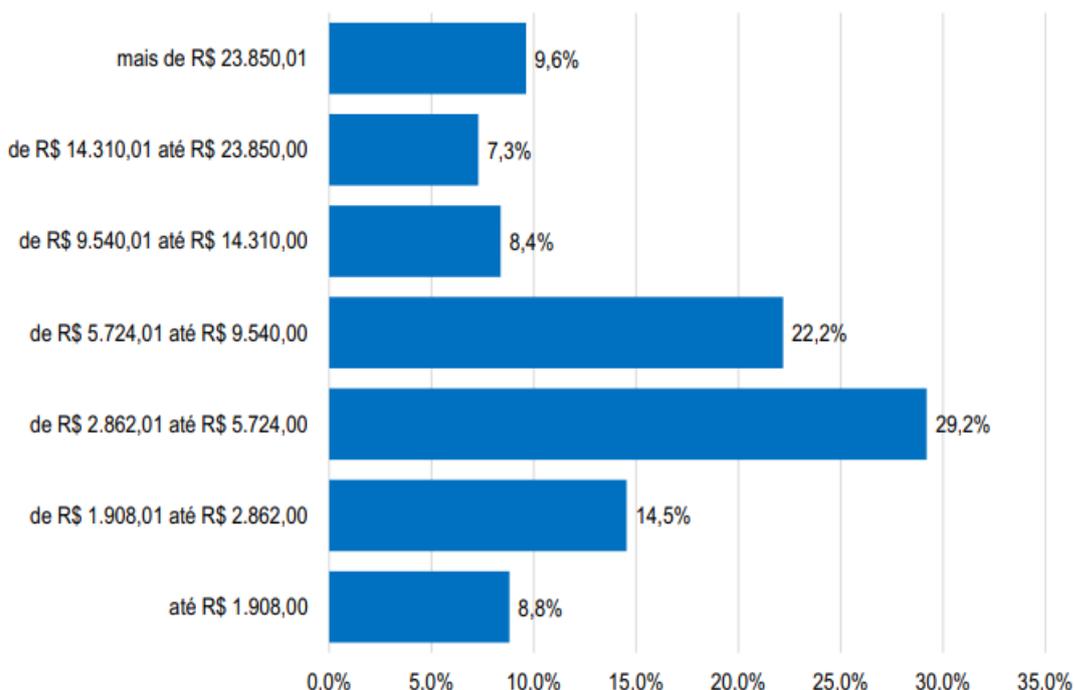
QUADRO 4 – Distribuição do número de obras de infraestrutura residencial de saneamento por faixa de renda domiciliar, em (%) do total, 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

A participação das famílias de baixa renda no valor total das despesas foi menor (23,3%), ao passo que foi proporcionalmente maior a participação das famílias com renda mensal superior a R\$ 5.724,21 – essas faixas responderam por 34,0% do número de consumidores e 47,5% do valor total das despesas com materiais de construção para obras de infraestrutura residencial de saneamento.

QUADRO 5 – Distribuição do valor total das despesas com materiais de construção para obras de infraestrutura residencial de saneamento por faixa de renda domiciliar, em (%) do total, 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

De acordo com o QUADRO 6, estima-se que, em 2018, tenha havido uma despesa com mão de obra para essas obras de cerca de R\$ 4 bilhões, totalizando despesas com obras no valor de R\$ 13 bilhões aproximadamente. Na média, as famílias gastaram cerca de 1,93% de sua renda com materiais de construção e tiveram uma despesa total de 2,79% da renda domiciliar com obras de infraestrutura residencial de saneamento.

QUADRO 6 – Estimativa das despesas com materiais de construção e mão de obra em infraestrutura residencial de saneamento, em R\$ milhões, 2018

	Manutenção e reparos	Reforma e construção	Total
Material	5.174,848	3.830,038	9.004,886
Mão de obra	1.936,156	2.074,598	4.010,755
Despesa total	7.111,005	5.904,636	13.015,641

Fonte: IBGE. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

CARÊNCIAS DE INFRAESTRUTURA RESIDENCIAL DE SANEAMENTO

De acordo com a análise foi feita com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada do ano de 2022, foram consideradas cinco dimensões do problema da privação de acesso aos serviços de saneamento¹:

- **Privação de acesso à água**, que é a falta de ligação da moradia na rede geral de distribuição de água tratada dos municípios;
- **Falta de canalização dentro da moradia**: aqui estão reunidas as moradias que não têm acesso à água dentro de suas residências, ou seja, não há tubulação para distribuição de água na área molhada;
- **Indisponibilidade de reservatório**: é muito importante ter mente que a caixa d'água é um equipamento fundamental para fazer um 'colchão' no recebimento de água e promover uma adequação do fluxo da água que vem da rua com o fluxo da água utilizado dentro das moradias, caso contrário há o imediato desabastecimento de água dentro das moradias quando há instabilidade no sistema de distribuição;
- **Insuficiência de banheiro**: entendida como as moradias que têm um número pequeno de banheiros para o tamanho do domicílio, o que leva a um adensamento excessivo do número de pessoas por banheiro; a premissa de adequação é a existência de no máximo três pessoas adultas por banheiro; e
- **Falta de coleta à rede de esgoto**: entendida como a inexistência de ligação ao sistema público de escoamento sanitário. A ligação da fossa séptica à rede geral também é considerada adequada.

O QUADRO 7 mostra que, do total de famílias sem acesso à água tratada, 41,4% pertenciam à primeira faixa de rendimento mensal domiciliar. Um número também bastante elevado ocorria nas duas faixas seguintes, com rendas mensais entre R\$ 1.908,01 e R\$ 2.862,00 e renda entre R\$ 2.862,01 e R\$ 5.724,00. Essas faixas, responderam respectivamente por 21,0% e 25,8% do total de famílias sem acesso à água tratada. Percebe-se que, conforme cresce a faixa de renda, cai a participação do grupo na situação de privação.

QUADRO 7 – Moradias em situação de privação de acesso aos serviços de saneamento

¹ As mesmas privações analisadas no estudo “A vida sem saneamento: para quem falta e onde mora essa população?”, lançado em 2023 pelo Instituto Trata Brasil

básico, por faixa de renda domiciliar mensal, 2022

	até R\$ 1.908,00	de R\$ 1.908,01 até R\$ 2.862,00	de R\$ 2.862,01 até R\$ 5.724,00	de R\$ 5.724,01 até R\$ 9.540,00	de R\$ 9.540,01 até R\$ 14.310,00	de R\$ 14.310,01 até R\$ 23.850,00	mais de R\$ 23.850,01
Milhões de moradias							
Sem acesso à água tratada	3,692	1,872	2,298	0,663	0,209	0,125	0,056
Sem canalização na moradia	1,645	0,531	0,493	0,127	0,039	0,024	0,012
Indisponibilidade de reservatório	4,435	2,200	2,917	0,810	0,242	0,140	0,112
Insuficiência de banheiro	3,454	2,551	4,881	1,622	0,397	0,146	0,025
Falta de coleta de esgoto	8,975	4,745	6,080	1,897	0,653	0,341	0,141
Em (%) do total							
Sem acesso à água tratada	41,4%	21,0%	25,8%	7,4%	2,3%	1,4%	0,6%
Sem canalização na moradia	57,3%	18,5%	17,2%	4,4%	1,3%	0,8%	0,4%
Indisponibilidade de reservatório	40,8%	20,3%	26,9%	7,5%	2,2%	1,3%	1,0%
Insuficiência de banheiro	26,4%	19,5%	37,3%	12,4%	3,0%	1,1%	0,2%
Falta de coleta de esgoto	39,3%	20,8%	26,6%	8,3%	2,9%	1,5%	0,6%

Fonte: IBGE. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Um ponto importante a se notar é que a falta de canalização é ainda mais concentrada na baixa renda: 57,3% do total dos casos estavam na primeira faixa de renda. Então, cruzando as informações, veem-se casas pobres, sem canalização e situadas no meio rural brasileiro. Aqui também se percebe uma redução da participação conforme cresce a faixa de rendimento mensal domiciliar. A disponibilidade de reservatórios tem uma distribuição bastante semelhante com a falta de acesso à água tratada, o que indica uma correlação forte dessas duas dimensões. Também a falta de coleta de esgoto tem um padrão relativamente próximo a esses dois processos de indisponibilidade de reservatório e de acesso à água tratada.

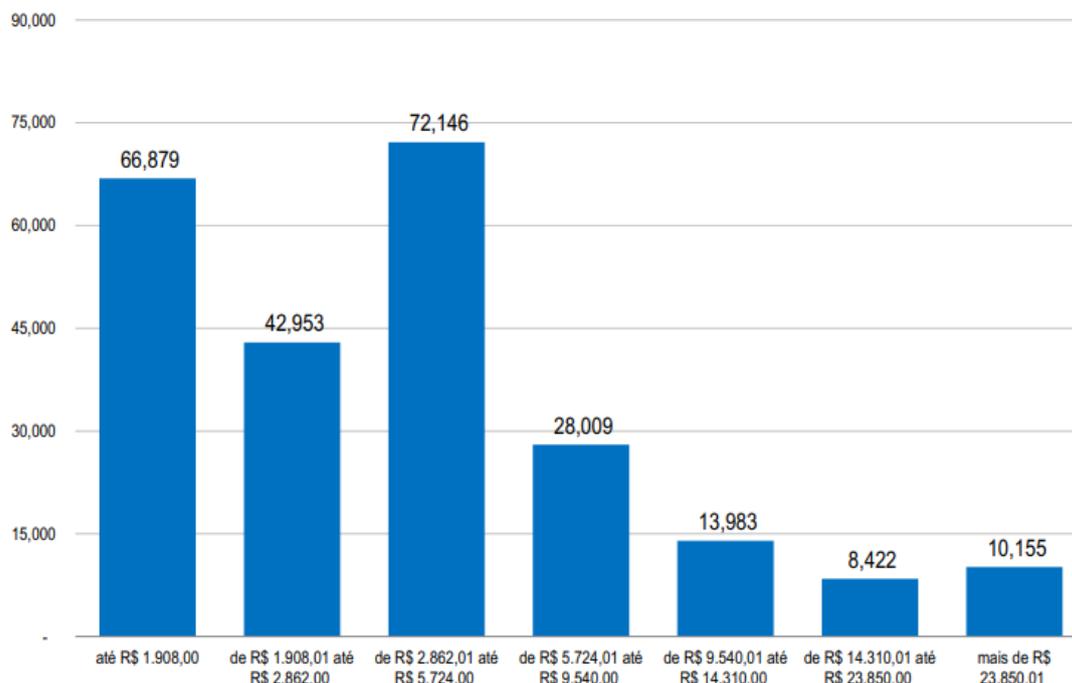
A insuficiência de banheiro tem um perfil de faixa de renda um pouco diferente das demais, com uma concentração maior nas famílias com renda entre R\$ 2.862,00 e R\$ 5.724,00 por mês. Isso se explica pelo fato de envolver moradias altamente adensadas, as quais contam com um número maior de pessoas com fonte de rendimentos. Portanto, essas famílias tendem a ter uma renda per capita baixa, mas uma renda domiciliar relativamente maior.

INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA READEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

As obras de readequação englobam a construção ou instalações dos equipamentos ausentes nas moradias, mas que se considera que sejam essenciais ao bem-estar dos moradores. Com

base nos dados das carências de infraestrutura de saneamento apontadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada do ano de 2022, seriam necessários R\$ 242,5 bilhões (valores a preços de 2023) para readequar toda a infraestrutura intramuros/residencial de saneamento no Brasil. Conforme ilustra o QUADRO 8, cerca de 75% do investimento necessário para a readequação da infraestrutura de saneamento do país está em moradias com renda de até R\$ 5.724,00 mensais, ou seja, em famílias pobres ou da classe de renda média baixa. Esse fato levanta a questão das políticas necessárias para sustentar esse patamar de investimentos nesses segmentos da sociedade brasileira.

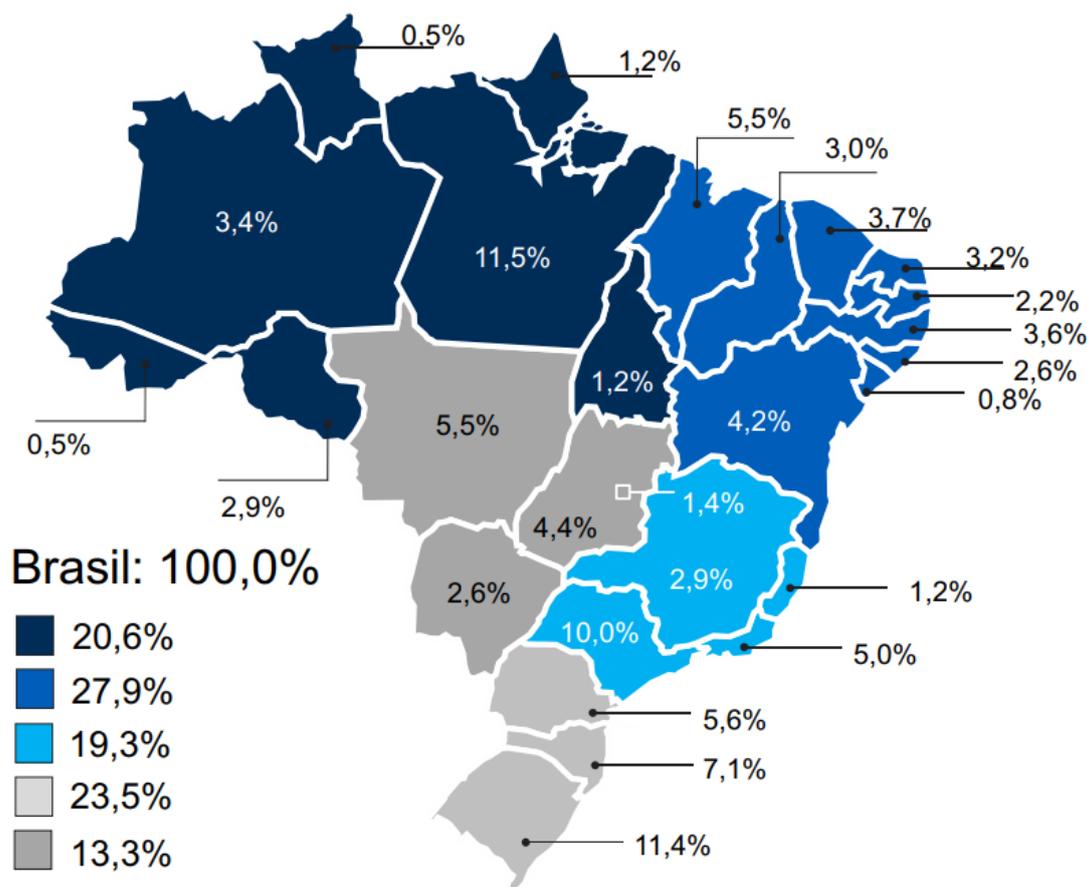
QUADRO 8 – Despesa necessária para a readequação da infraestrutura residencial de saneamento, por faixa de renda, em R\$ bilhões*



Fonte: Ex Ante Consultoria Econômica. (*) Valores a preços de 2023

O MAPA 1 traz as estimativas da distribuição geográfica dos investimentos em obras para readequação da infraestrutura de saneamento para o período de 2023 a 2040. Nota-se que a distribuição é relativamente concentrada nas regiões Nordeste (26,9%), Norte (19,8%) e Sul (22,4%). Na região Norte o maior peso foi do estado do Pará e na região Sul, do Rio Grande do Sul.

MAPA 1 – Despesa necessária para a readequação do estoque da infraestrutura, por unidade da Federação e região, em (%) do total, 2023 a 2040



Fonte: Ex Ante Consultoria Econômica.

INVESTIMENTO NECESSÁRIO PARA REPOSIÇÃO DA INFRAESTRUTURA – 2023 A 2040

As obras de reposição são realizadas, em geral, de forma esporádica pelas famílias com a finalidade de repor a depreciação das instalações ou de modernizar os acabamentos. Para construirmos a estimativas da demanda por obras de reformas da infraestrutura residencial de saneamento entre 2023 e 2040 precisamos primeiro traçar alguns possíveis cenários socioeconômicos e sociais. O QUADRO 9 traz os principais aspectos dos três cenários de referência empregados neste estudo². Eles partem de premissas demográficas iguais, que leva em consideração uma expansão demográfica de 0,4% ao ano entre 2020 e 2040. Contudo, dois fatores diferenciam esses três cenários. O primeiro fator é o nível de investimento que

² Para mais informações metodológicas, acesse o estudo completo em XXXXX

prevalecerá no futuro e o segundo, o ritmo de desenvolvimento da produtividade na economia brasileira.

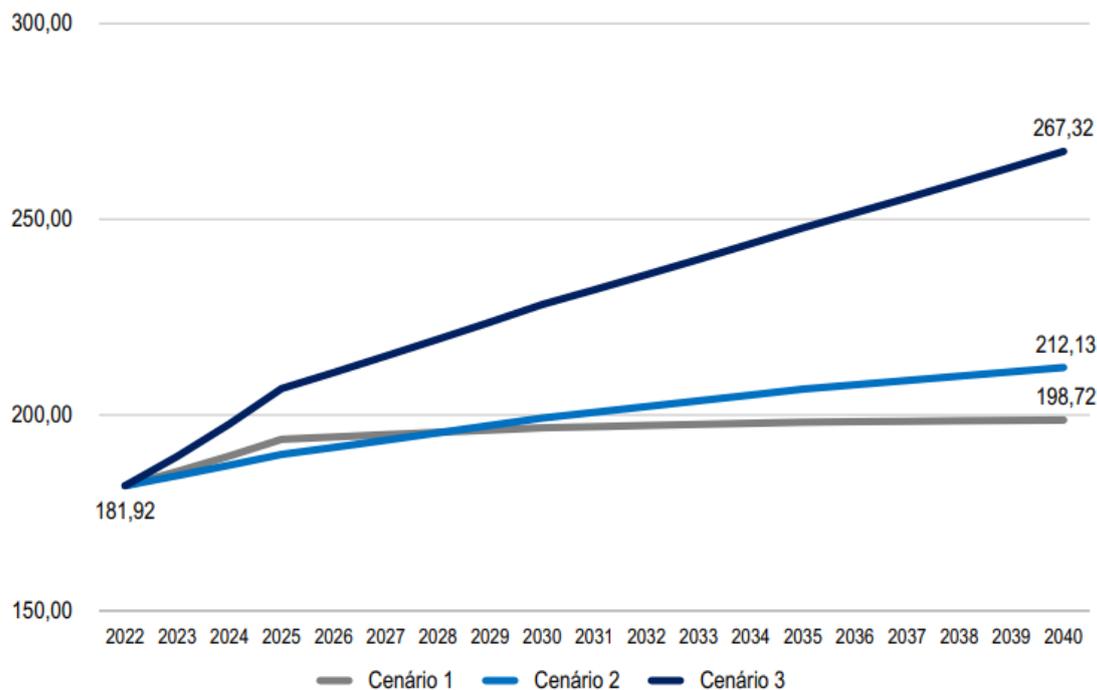
QUADRO 9 – Cenários macroeconômicos de referência, 2023 a 2040

Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<ul style="list-style-type: none">Investimento médio no patamar de 2015 a 2019 (15,7% do PIB)Pequeno aumento de eficiência determinado exclusivamente pelo avanço da produtividade do trabalho	<ul style="list-style-type: none">Investimento médio no patamar de 2010 a 2023 (17,9% do PIB)Maior aumento da eficiência propiciado por um pequeno avanço também na produtividade do capital	<ul style="list-style-type: none">Investimento médio no patamar de 2010 a 2014 (20,5% do PIB)Maior aumento da produtividade determinado pela retomada dos investimentos industriais e de um avanço das atividades de base tecnológica

Fonte: Ex Ante Consultoria Econômica.

O QUADRO 10 traz a evolução da despesa média domiciliar com reposição da infraestrutura residencial de saneamento, em R\$ por ano, nos três cenários macroeconômicos. No cenário 1, o crescimento da despesa média domiciliar seria bastante reduzido. A despesa média domiciliar passaria de R\$ 181,92 em 2022 para R\$ 198,72 por domicílio em 2040, o que equivale a uma taxa média de crescimento de apenas 0,5% ao ano. No cenário 2, a evolução seria mais favorável: a média de crescimento seria de 0,9% ao ano e a despesa atingiria R\$ 212,13 por domicílio em 2040. Finalmente, no cenário 3, o crescimento seria bem mais expressivo, de 2,2% ao ano, e a despesa média domiciliar chegaria a R\$ 267,32 ao final de 2040.

QUADRO 10 – Evolução da despesa média domiciliar com reposição de infraestrutura segundo cenários, em R\$ por ano



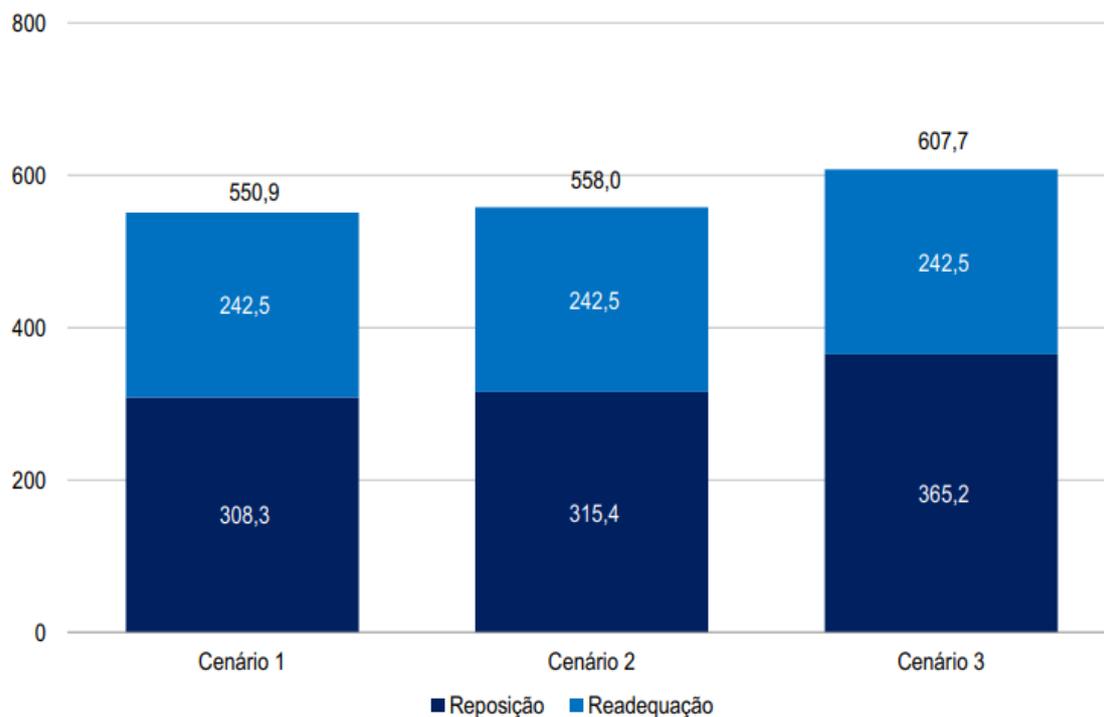
Fonte: Ex Ante Consultoria Econômica.

NECESSIDADE DE INVESTIMENTO TOTAL (REPOSIÇÃO E READEQUAÇÃO) – 2023 A 2040

Os investimentos totais em infraestrutura residencial de saneamento são obtidos pela soma dos valores de inversão para a reposição do estoque com os valores de investimento para a erradicação das carências da infraestrutura (eliminação dos déficits).

O QUADRO 11 aponta os investimentos totais necessários considerando os três cenários. No primeiro cenário, os investimentos totais entre 2023 e 2040 somariam R\$ 550,9 bilhões, o que corresponderia a uma média anual de R\$ 32,4 bilhões. No segundo cenário, o avanço em relação ao primeiro seria relativamente pequeno, pois uma parte grande, que é o investimento para a readequação, permaneceria constante. Mas no Cenário 3, onde há uma expansão mais forte da demanda para reposição de estoque, o volume seria consideravelmente maior, de R\$ 607,7 bilhões até 2040, ou ainda, de R\$ 35,7 bilhões por ano. Vale observar que, nos três cenários, 69,2% das despesas são com materiais de construção e 30,8% com mão de obra. Dessa forma as despesas com materiais são estimadas em R\$ 381 bilhões, R\$ 386 bilhões e R\$ 420 bilhões nos cenários 1, 2 e 3, respectivamente.

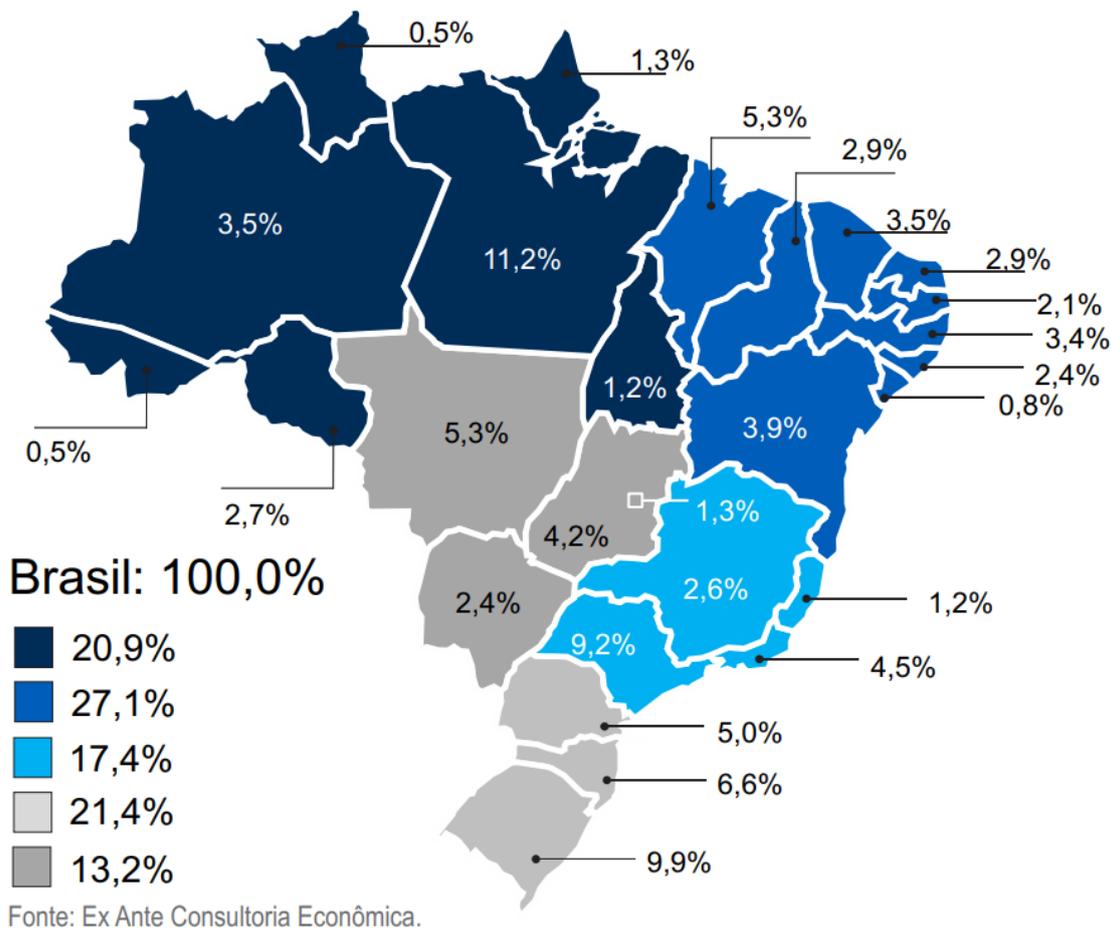
QUADRO 11 – Despesa total necessária para a reposição do estoque e a readequação da infraestrutura residencial e saneamento, por cenários, em R\$ bilhões



Fonte: Ex Ante Consultoria Econômica.

O MAPA 2 traz as estimativas da distribuição geográfica dos investimentos em obras para reposição da infraestrutura de saneamento para a média do período de 2023 e 2040. Nota-se que a distribuição é relativamente parecida com a dos investimentos para readequação da infraestrutura que foi apresentada no Capítulo 3. Nota-se novamente uma distribuição relativamente concentrada nas regiões Nordeste (27,1%), Norte (20,9%) e Sul (21,4%).

MAPA 2 – Despesa necessária para a reposição da infraestrutura, por unidade da Federação e região, em (%) do total, 2023 a 2040

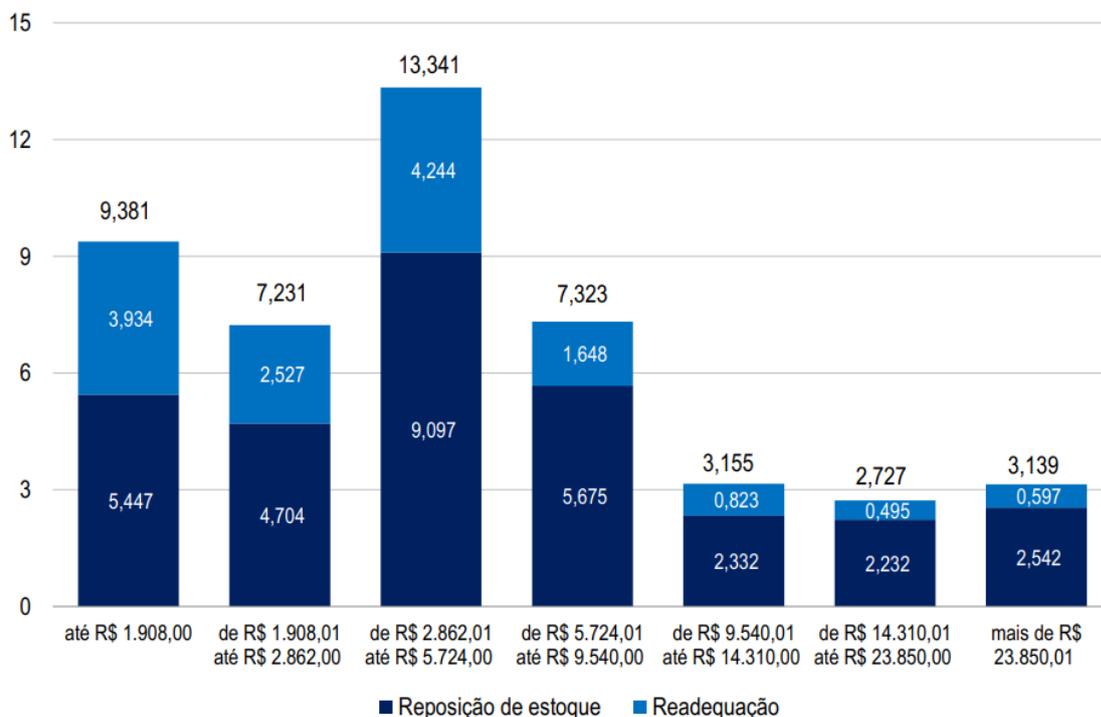


O QUADRO 12 traz a distribuição das estimativas de investimentos médios anuais em infraestrutura de saneamento (reposição + readequação) por classe de rendimento mensal domiciliar no Cenário 2, que é o mais provável. O gráfico traz uma informação muito importante para a análise: **mais de 80% da demanda futura estará distribuída entre as famílias com rendimento domiciliar mensal até R\$ 9.540,00**. Isso indica a necessidade de se pensar políticas de crédito voltadas principalmente para a componente de readequação do estoque. De outro lado, quase 36% da demanda por obras de infraestrutura residencial de saneamento estará concentrada nas duas primeiras classes de rendimento domiciliar mensal. **Daí decorre a necessidades de se pensar também na possibilidade de políticas de subsídio para viabilizar essa demanda e acelerar o processo de universalização do saneamento no Brasil.**

QUADRO 12 – Despesa anual total necessária para a reposição do estoque e a readequação da

infraestrutura residencial e saneamento, por classe de renda mensal domiciliar, em R\$ bilhões,

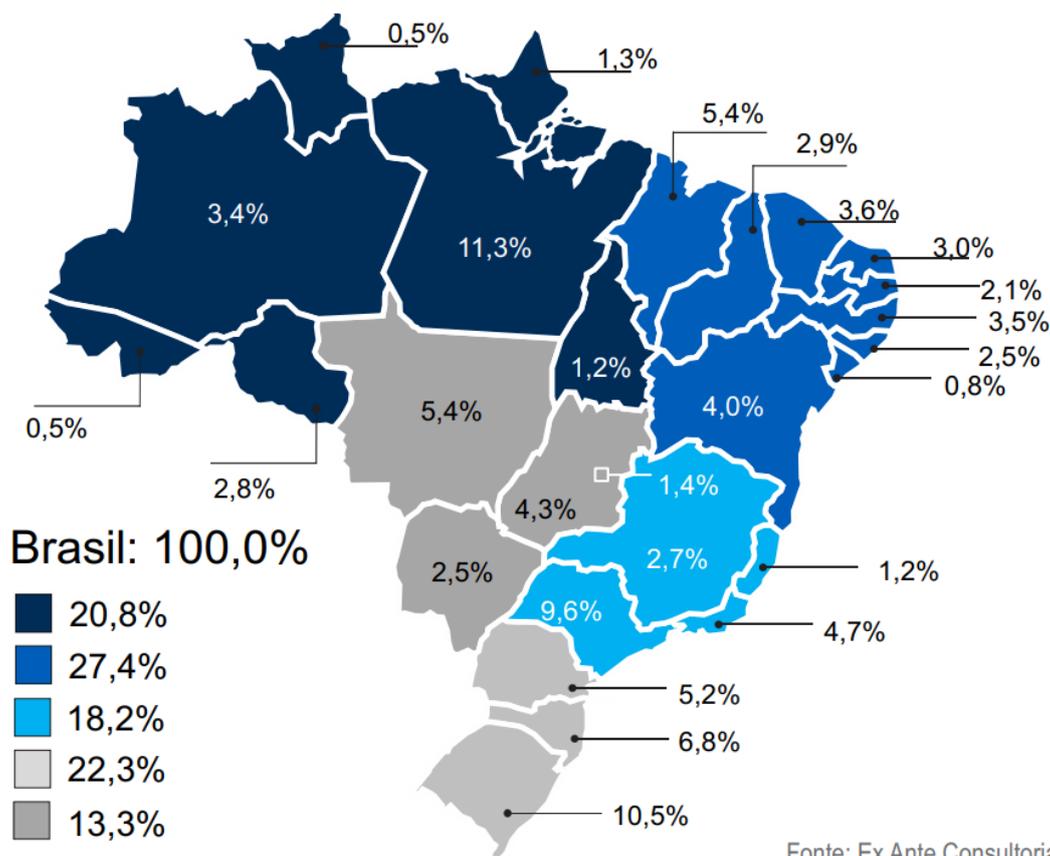
Cenário 2



Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

O MAPA 3 traz as estimativas da distribuição geográfica dos investimentos em obras para reposição e a readequação da infraestrutura residencial de saneamento para a média do período de 2023 e 2040. Foi tomado como referência o Cenário 2, que corresponde ao mais provável, em razão da maior probabilidade de ocorrência deste cenário, que requer menores mudanças no contexto macro e microeconômico do país em curto prazo.

MAPA 3 – Despesa necessária para a reposição e readequação da infraestrutura, por unidade da Federação e região, em (%) do total, Cenário 2, 2023 a 2040



Fonte: Ex Ante Consultoria Econômica.

Dada a concentração dos investimentos em alguns estados da Federação, é fundamental levar em consideração a questão regional, em particular, a situação do Norte brasileiro. A partir das informações do MAPA 3, do total de investimentos necessários para a universalização do saneamento intramuros no cenário 2, observa-se que cerca de R\$ 114 bilhões seriam realizados na região Norte do país, o que significaria uma despesa de R\$ 6,1 mil por habitante até 2040, enquanto que, na média nacional, o investimento necessário seria de apenas R\$ 2,6 mil por habitante.

De outro lado, essa é uma das regiões com menor renda domiciliar per capita do país (R\$ 5,8 mil por habitante em 2022). Esse nível correspondeu a apenas 71,3% da renda média domiciliar do país, que atingiu R\$ 8,1 mil per capita naquele ano. Assim, a maior necessidade de investimentos e a menor disponibilidade de renda para o autofinanciamento levanta a questão da importância de uma política pública de crédito, e eventualmente subsídios, que a viabilize o acesso da população do Norte brasileiro a esses mercados, sob pena da universalização do saneamento intramuros não se concretizar como o desejado até 2033 em todas as regiões do país.

POLÍTICAS PÚBLICAS

As análises desenvolvidas sobre o mercado potencial de reformas na infraestrutura residencial de saneamento no Brasil levantaram informações que apontam para muitas direções. Um ponto novo que surgiu da discussão decorre da composição dos investimentos entre obras de reposição e obras de readequação, em que é relativamente elevada a necessidade de fundos para o financiamento das despesas com a readequação. Esse ponto remete diretamente à questão das políticas públicas de crédito e de subsídio. Nas classes de renda mais baixa, além de serem elevadas as necessidades de fundos para a readequação, as participações dessas obras no total dos investimentos são mais elevadas. Na primeira faixa, as despesas com readequação alcançam 42% das despesas totais com obras de reposição e readequação, enquanto que na média das famílias, essa participação é estimada em apenas 31%.

Isso significa dizer que além de concentrada nas faixas de renda mais baixa, essa demanda envolverá um esforço maior das famílias. Dado que essas carências constituem uma demanda reprimida das famílias, a insuficiência de renda é diagnosticada como a principal causa. Coincidente com a falta de renda, as condições menos favoráveis de inserção no mercado de trabalho agravam a situação, na medida em que tornam o crédito mais caro e escasso para as famílias mais pobres. Nesse sentido, a efetivação de um cenário de extinção dos déficits de infraestrutura residencial de saneamento até 2040, com redução mais acelerada até 2033, passa necessariamente pela discussão de uma política pública que oriente fundos e regramentos para o financiamento de médio e longo prazo dessas inversões, considerando uma combinação adequada de dívida e subsídio para viabilizar a demanda em todas as classes de rendimento domiciliar.

Outra questão que surge é o desafio empresarial de atender a essa demanda potencial com produção suficiente. As estimativas indicam que a despesa poderá passar de R\$ 13,5 bilhões no ano de 2022 para R\$ 35,7 bilhões por ano na média do período entre 2023 e 2040 (cenário mais otimista). Mantida a proporção entre despesas com materiais e com mão de obra, isso implica um crescimento potencial de ao menos 5,6% ao ano nesse período. Essa é uma trajetória que irá demandar novos investimentos em plantas industriais e centrais de distribuição, com mudança de escala para todos os segmentos envolvidos.

Nesse sentido, a sinalização de uma política nacional para tratar o tema do financiamento dos investimentos necessários para a universalização do saneamento intramuros pode alterar a perspectiva de longo prazo das indústrias, incentivando o planejamento para a ampliação da capacidade instalada. Políticas de governo como o Programa Nova Indústria Brasil do MDIC, que facilita o crédito para o investimento em nova capacidade instalada terá papel fundamental no momento em que houver o aumento da demanda ou a percepção de que esse aumento virá em pouco tempo.

CONCLUSÃO

Para Luana Pretto, presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, a infraestrutura intramuros de saneamento é uma das mais importantes etapas para o desenvolvimento do saneamento básico, mas é muitas vezes negligenciada. “Precisamos de políticas públicas que também pensem esse lado do saneamento básico. Sem essa etapa não adianta o município ter oferta de água, coleta e tratamento de esgoto se isso não chega na casa do cidadão. Por impactar mais as pessoas com menor renda, como visto no estudo, sem um olhar adequado do governo para essa questão não conseguiremos universalizar de fato o saneamento até 2033”, afirma a executiva

Para Edson Silveira, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da ASFAMAS, “não basta universalizar a infraestrutura extramuros do saneamento se remanescem carências dentro das residências. Estamos falando de famílias que não têm sequer tubulação de água e esgoto, caixa d’água, pia e banheiro. Jogar luz neste problema é o primeiro passo para compreendermos e planejarmos as ações que precisaremos adotar nos próximos anos, focando a política pública e destinando subsídios e crédito para as famílias certas”.

Para Marina Grossi, presidente do CEBDS, “é impossível pensar em desenvolvimento sustentável sem levar em consideração a universalização do saneamento, e este é um tema que requer atuação conjunta do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil. Este estudo deixa claro que, para alcançarmos os mais de R\$ 240 bilhões necessários para readequar toda a infraestrutura residencial de saneamento no Brasil, precisaremos de políticas públicas eficazes e de investimentos do setor privado, para garantir a produção dos materiais necessários e mão de obra qualificada. Trata-se de um estudo muito relevante e estamos felizes por contribuir. A agenda da universalização do saneamento é muito cara para o CEBDS e suas associadas, e tenho certeza de que os dados reunidos aqui nos ajudarão a construir importantes soluções”.

Sobre o Instituto Trata Brasil

O Instituto Trata Brasil (ITB) é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que surgiu em 2007 com foco nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Tornou-se uma fonte de informação ao cidadão para que reivindique a universalização deste serviço mais básico e essencial para qualquer nação. O ITB produz estudos, pesquisas e projetos sociais visando conscientizar o cidadão comum do problema e, ao mesmo tempo, pressionar pela solução nos três níveis de governo. A proposta é que todos conheçam a realidade do acesso à água tratada, coleta e tratamento dos esgotos e busquem avanços mais rápidos.

Sobre o CEBDS

O CEBDS, entidade que reúne mais de 110 das maiores companhias com atuação em solo brasileiro, vem trabalhando em parceria com diversas entidades, como os Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), e Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e das Cidades, além da JGP, Igarapé e WBCSD (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, na sigla em inglês) no apoio à criação de políticas públicas e iniciativas do empresariado que pretendem alavancar a transição para a economia verde brasileira.

IMPrensa:

Ivan Rocatelli - Supervisor de Comunicação

(11) 9-9623-4668

imprensa@tratabrasil.org.br

Isabella Falconier - Trainee de Comunicação

painelsaneamento@tratabrasil.org.br